



## **BEATRIZ NASCIMENTO E O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA: O QUILOMBO NA LUTA CONTRA O RACISMO**

Adriana Costa<sup>1</sup>

Alessandra Santos<sup>2</sup>

Neste artigo escrito por duas historiadoras negras, embasado em nossas pesquisas e vivências<sup>3</sup>, iremos destacar alguns tópicos da trajetória e do pensamento de Maria Beatriz Nascimento que repercutiram no campo da História e do Ensino no Brasil. Nesse sentido, nossa intenção é analisar como a concepção de Quilombo, elaborada por Beatriz Nascimento, entre as décadas de 1970 a 1990, contribuiu para o Ensino de História Afro-brasileira na luta contra o racismo no Brasil. Beatriz, que virou nossa ancestral em 1995<sup>4</sup>, também foi historiadora, além de poetisa e uma importante ativista do Movimento Negro. No fim da década de 1960, ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, a partir dali, produziu epistemologias que ecoaram, e ainda ecoam, o desejo de transgredir as perspectivas de estudos, assim como os paradigmas que recaem sobre pessoas negras na história, sobretudo do Brasil. No ano de 1978, iniciou o curso de especialização em História do Brasil, no qual desenvolveu seu trabalho sobre Quilombos na pesquisa *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas*. No percurso de Beatriz, ainda iremos ver seu nome tornar-se referência nas Diretrizes para Implementação da Lei 10.639/03, que neste ano completa seus 20 anos.

---

<sup>1</sup> Professora de História e Orientadora Educacional da rede estadual do Rio Grande do Sul. Contato: [adrianah.cost@hotmail.com](mailto:adrianah.cost@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora de História da rede estadual do Rio Grande do Sul. Contato: [alessandrasantosshistoria@gmail.com](mailto:alessandrasantosshistoria@gmail.com).

<sup>3</sup> Adriana Costa, mestra em Ensino de História (UFRGS) com a pesquisa: *Os Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na EREER: Uma proposta de Ensino de História por meio do Comunitarismo de Beatriz Nascimento (1970-1990)*. Alessandra dos Santos da Silva, mestra em História (UFRGS) com a pesquisa: *O Pensamento de Beatriz Nascimento: Uma Análise do Longa-metragem Ôrí (1989)*.

<sup>4</sup> No ano de 1995, aos 52 anos, Beatriz Nascimento foi assassinada pelo companheiro de uma amiga. Ela sofria violência doméstica e Beatriz atuava tentando aconselhá-la a terminar o relacionamento.





Porém, só recentemente os seus escritos passaram a ter publicações divulgadas no âmbito nacional.

Imagem 1 - Beatriz Nascimento



Fonte: Nascimento, 2018.

Na imagem acima, temos a presença de Beatriz, uma mulher negra, retinta, que nos possibilita a reflexão do impacto de sua presença no meio acadêmico, já em 1968. Como podemos imaginar, Beatriz, sendo uma das poucas pessoas negras na universidade naquele período e ainda criticando o conhecimento lá produzido por seus pares, uma maioria de homens brancos, causava um alvoroço por onde passava. Em sua trajetória, por diversas vezes, a historiadora relatou os enfrentamentos que teve com seus colegas, o que nos permite acessar muito superficialmente a complexidade dessa condição. Em um dos relatos, Beatriz afirmou que foi interpelada por um colega branco que se dizia mais negro que ela em virtude de ter escrito um trabalho sobre religiões afro-brasileiras ao passo que ela não usava cabelo afro e nem frequentava o candomblé (NASCIMENTO, 2018). Assim, percebemos que não foram poucos os artifícios para tentar descredibilizá-la.

Minoria entre seus pares, Beatriz, ao chegar no curso de graduação, pôde ver a população negra somente na condição de escravizada na historiografia: “Quando cheguei





à universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo, como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava para fazenda e para mineração” (O NEGRO, 2015. 10 '44). Beatriz Nascimento trouxe a necessidade de uma revisão e reescrita da história do Brasil que falasse sobre a agência da população negra. Para a historiadora, era fundamental que o ensino se desse a partir de novas bases, que outras referências fossem produzidas:

[...] Ainda no tempo de estudante eu sentia uma grande necessidade de conhecer e de entender o papel do negro na história brasileira. Neste campo existe um vazio muito grande em termos de conhecimento. Além disso, sentia que não bastava apenas um maior número de informações sobre o assunto: é necessário que a história seja reescrita de uma nova perspectiva crítica, reformista, que se reavalie tudo que se tem sobre história e sociologia do negro. Ao nível existencial, sendo negra, acho necessário que tudo isso seja analisado da perspectiva do negro, enquanto sujeito de história. (NASCIMENTO, 2018, p. 97-98).

De acordo com a pesquisadora, era necessário fortalecer outros discursos que se distanciassem do ideal escravo-liberto-submisso reproduzido por historiadores brancos, e que reduziam a experiência vivida do negro neste país. Beatriz reivindicava que o olhar para a trajetória da população negra no Brasil deveria partir de uma referência de liberdade:

Tendo em vista essa posição que assumimos intelectualmente, partimos para um estudo revisionista da História do Brasil. Nossa atenção voltou-se para o exame dos estereótipos que recaem sobre os descendentes dos africanos que aportaram no Brasil. Mas por isso mesmo abandonamos metodologicamente o estudo dos descendentes de escravos pelo estudo do negro brasileiro que possui também uma herança histórica baseada na liberdade e não no cativeiro (NASCIMENTO, 2018, p. 67).

Para Beatriz, a experiência do negro no Brasil, além da escravidão, era uma experiência vivida também em África e que foi transportada para um novo continente. Essa visão da autora abrange mais do que simplesmente compreender o negro na América, além disso, marcá-lo como atuante na História em África, um local pouco explorado pela historiografia brasileira da época. Para a sociedade brasileira, o continente africano era como algo mítico, baseado simplesmente em um passado longínquo, como





traduz Beatriz, *a África como uma verdadeira Atlântida para os brasileiros* (NASCIMENTO, 2018, p. 328).

Beatriz ainda pontuava o quanto a história brasileira havia se pautado no chamado *Mito da Democracia Racial*, discurso que não permitia um olhar mais complexo para a condição da população negra no pós-abolição. Numa sociedade de harmonia entre as raças não caberia o investimento de pensar as desigualdades de diferentes ordens que atingiam a população negra, seja na instância econômica, seja no acesso aos lugares de poder, e até mesmo na forma de tratamento da historiografia. No intuito de trazer à tona sua crítica à historiografia e de produzir outras epistemologias, Beatriz investiu seus estudos no olhar para a história dos Quilombos no Brasil.

### **O Quilombo na luta contra o racismo**

Em seus estudos sobre Quilombos, entre outras abordagens, Beatriz pontuou a relação entre Quilombos brasileiros e a experiência africana, uma ideia de aproximação entre os quilombos bantos da antiga região do Reino do Congo e a vivência do quilombo de Palmares. Neste sentido, a historiadora percebeu semelhanças entre as formas de organização e resistências que estes grupos articulavam no continente africano e no americano. O quilombo, estudado por Beatriz, era produto das relações societárias das populações Imbangalas, grupo de origem Bantu, que detinha o domínio de ação de onde hoje é o território de Angola. Esta população, a partir de uma estrutura social militar, se desenvolveu de forma nômade e colaborativa: “Esta característica nômade dos Imbangalas, acrescida da especificidade de sua formação social, pode ser reconhecida na instituição Kilombo. A sociedade guerreira Imbangala era aberta a todos estrangeiros desde que iniciados” (NASCIMENTO, 2007, p. 119-120).

Conforme Beatriz, os Imbangalas comandavam diversas ações no espaço angolano, onde dominavam áreas de comércio escravo, como também realizavam enfrentamentos às investidas portuguesas em seus territórios. O quilombo atravessava a centralidade política e de linhagem dos Imbangalas, suas diversas organizações e avanços





militares geravam condicionamentos para a sua estruturação, estabelecendo, assim, novas relações de poder e centralidade militar. O quilombo, para as populações Imbangalas, também representava o território para si, no qual os indivíduos se incorporaram à sociedade.

Beatriz também irá cunhar a expressão *Paz Quilombola* referindo-se à necessidade de olhar para o desenvolvimento dos quilombos brasileiros para além dos momentos de conflito. Segundo Beatriz Nascimento (2018, p. 76):

[...] O que há antes, durante ou depois, é muitas vezes sonogado. [...] Mas também é certo que há referências outras dos vizinhos dos quilombos, de que lá se encontram roças onde se cultiva variedade de produtos, os quais são trocados com alguns outros vizinhos, inclusive fazendas; há criação de animais domésticos, há o fabrico de ferramentas que também vão se tornar produtos (meios de produção) de relações econômicas com vizinhos. Podemos ver, portanto, que estabelecido num espaço geográfico, presumivelmente nas matas, o quilombo começa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo. Entre um ataque e outro da repressão oficial ele se mantém ora retroagindo, ora se reproduzindo. Este momento chamaremos de “paz quilombola”, pelo caráter produtivo que o quilombo assume como núcleo de homens livres, embora potencialmente passíveis de escravidão. (NASCIMENTO, 2018, p. 76-77).

Para a historiadora, a pesquisa a partir dos documentos da repressão deixava na historiografia dos quilombos uma lacuna que dizia respeito à humanidade dos quilombolas, que continuaram suas trajetórias e vidas após a fuga. No quilombo, se desenvolveram comunidades de pessoas livres, e com o conceito de *Paz Quilombola*, Beatriz trouxe perspectivas que, ainda hoje, nos ajudam a escrever ou reescrever o lugar da liberdade para pessoas que foram escravizadas.

Dessa maneira, Beatriz chamou de *continuum* o processo de continuidade de articulações quilombolas, mesmo após o processo de escravização. Ela explica:

É verdade que não vamos vê-lo após a abolição enquanto quilombo passível de repressão. Mas se nós tomarmos a história da repressão ao negro após a abolição, talvez possamos identificar essa nova repressão com o que aconteceu historicamente com o quilombo. Queremos dizer que oficialmente o quilombo termina com a Abolição. Mas que permanece enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura, embora não mais com aquele nome nem sofrendo o mesmo tipo de repressão. Se sabemos que o negro e outros





oprimidos permanecem, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho, como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo, embora transformado, perdura. (NASCIMENTO, 2018, p.78-79).

Neste sentido, em termos simbólicos, de acordo com a autora, a aglutinação de pessoas negras seguia acontecendo em prol da necessidade de resistir às opressões ainda impostas. Acontece então uma continuidade da forma coletiva de buscar fortalecimento na luta por melhores condições de vida, uma memória, uma referência Quilombola. Os quilombos da atualidade se manifestariam nos carnavais, bailes *blacks*, nas articulações políticas do movimento negro, locais de gente negra.

### **A luta do Movimento Negro (1970-1990) para a inserção da História Afro-brasileira nos currículos**

Em texto inédito, intitulado *Eu Nasci em 1968*, publicado recentemente pela coletânea *O negro visto por ele mesmo* (2022), Beatriz Nascimento discorre sobre a sua atuação no Movimento Negro brasileiro. Através de uma narrativa poética, ela enfatiza a ação coletiva dos militantes negros e negras em busca de um futuro igualitário: “[...] quebrávamos o passado como arqueólogos desastrados, buscávamos em nós os nossos mitos, um dos quais é o mais importante: o pensamento. Tudo uma saga antiga do representar o ideal de ser, de ser animal humano” (NASCIMENTO, 2022, p. 69). Esse texto, escrito em meados de 1980, marca o ano de 1968 como crucial para a sua formação política e evidencia o momento em que começa a intensificar a sua atuação militante durante a Ditadura Civil-Militar em consonância com importantes eventos internacionais: o movimento francês de maio de 1968, a Guerra do Vietnã, a luta pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos e as lutas pela libertação colonial da África.

Apesar de ser um momento histórico marcado por muitas reivindicações sociais que almejavam, de certa forma, o poder “democrático”, Nascimento (p. 72) destaca que a questão de classe não contempla as necessidades da população negra: “[...] Não nos iam deixar continuar porque seus pais não deixariam. [...] O mundo que contestavam estava na sua genética. Eram ‘patrícios’ confrontando-se com Patrícios”. Para Beatriz, o seu “Dia





D” foi assistindo à Olimpíada do México, o seu nacionalismo desviou-se para a luta pelos Direitos Civis dos negros nos Estados Unidos da América quando viu os atletas Tommie Smith e John Carlos erguendo as mãos no pódio da prova de 200 metros rasos, em referência ao grupo político Panteras Negras:

Poder, que na outra língua, mais sonora, era *power*. Vinha da minha cor, vinha da minha luta embutida no próprio eu. Campeões, vigor, vitória. Era a primeira vez que a máscara banto não aparecia curvada sob o peso da submissão. Eram os campeões do mundo negando a ordem daquele mundo. Não lutavam a favor de uma classe distante do seu real, erguiam os punhos pelo domínio do espaço ocupado pelos seus corpos fortes, pelo seu belo desempenho, pelo direito de ser um *black* (NASCIMENTO, 2022, p. 76).

A partir desse momento, Beatriz sentiu a necessidade de radicalizar a luta negra, pois sentia a repercussão da morte do líder estadunidense Martin Luther King e dos levantes raciais por todo o Atlântico. Dessa forma, nos anos seguintes, a autora estabelece os seus estudos como instrumentos da sua ação política: a identidade negra é colocada como elemento primordial para a compreensão da História e das relações sociais no nosso país. A pesquisadora diz que o dominador foi ingênuo ao não perceber que, apesar das teorias de branqueamento e da historiografia oficial, a história negra sempre se reproduziu e perpetuou os saberes da população negra. Para Nascimento, a favela contemporânea é o Quilombo; a escola de samba é o Quilombo em festa e os bailes *blacks* também. Toda organização negra é uma maneira dos negros se sentirem fortes e de lutarem contra o racismo.

Nesse âmbito, a década de 1970 é marcada pelo encontro de vários indivíduos do Movimento Negro que passam a articular reuniões e estudos em locais que não eram habitualmente frequentados por pessoas negras. Beatriz destaca os eventos ocorridos na Universidade Cândido Mendes, em Ipanema, e no Teatro Opinião, em Copacabana. Em seguida, estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) deram início ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos que, embora existissem interesses por vezes divergentes, o objetivo em comum era um só: a luta contra a discriminação racial. Apesar de ser uma pauta antiga, elaborada durante todo o período escravagista, e de termos o exemplo de





outras organizações do movimento social negro ao longo da história<sup>5</sup>, destacamos a atuação do Movimento Negro surgido neste período, surgido também na prática de Beatriz. Em especial, ressaltamos a ação do Movimento Negro Unificado (MNU) - fundado em 1978 e do qual Beatriz Nascimento foi integrante - pelas suas estratégias de articulação nacional e pela pauta de “reavaliação do papel do negro na História do Brasil” (PEREIRA, 2011).

Segundo Amílcar Araújo Pereira (2011), dentre as estratégias bem sucedidas, a atuação de integrantes do MNU em escolas merece destaque. Como metodologia, o autor cita a realização de palestras, a formação de professores e a produção de material didático que ressignificasse a história dos negros no Brasil. Os materiais consistiam em cartilhas, mapas e até História em Quadrinhos, cujas narrativas buscavam destacar histórias de protagonismo de personalidades negras, tais como Zumbi, João Cândido etc. Assim como Beatriz Nascimento, Pereira (2011) enfatiza que problematizar o caráter eurocêntrico na construção histórica da disciplina História em nosso país é fundamental para a formação de resultados visíveis na luta antirracista. O pesquisador salienta a implementação da **Lei 10.639/03** como um instrumento potente de continuidade da luta do Movimento Negro (1970-1990) em prol da constituição de uma prática docente que atue contra preconceitos e que seja pautada pelo respeito às diferenças.

Sem a pretensão de analisar o percurso histórico de lutas sociais até a concepção das políticas públicas educacionais antirracistas, destacamos o papel fundamental da epistemologia do Quilombo cunhada por Beatriz Nascimento em consonância com o trabalho do Movimento Negro Unificado - pela importância em âmbito nacional - como promotores da Lei 10.639/03, conforme destaca o próprio relatório das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** (BRASIL, 2004, p. 12-13, grifo nosso):

---

<sup>5</sup> Ver: DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007; PEREIRA, Amílcar Araújo. Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no “Atlântico Negro”. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 44, p. 215-236, 2008.







O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tai como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia González, **Beatriz Nascimento**, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyrá Falcão dos Santos, entre outros).

O percurso pela descolonização dos currículos (GOMES, 2012) ainda é árduo, a exemplo disso, nós, escritoras deste artigo, não conhecemos Beatriz Nascimento durante a nossa formação acadêmica inicial (mesmo tendo cursado em décadas distintas); a conhecemos por meio dos Movimentos Negros contemporâneos, através de formações e pelas rede sociais organizadas por indivíduos negros e negras que continuam disseminando as histórias da ancestralidade negra. O nosso questionamento inicial era saber como a concepção de Quilombo, elaborada por Beatriz Nascimento, entre as décadas de 1970 a 1990, contribuiu para o Ensino de História Afro-brasileira na luta contra o racismo no Brasil. Respondemos, então, que o conceito de Quilombo de Beatriz Nascimento fomentou a criação da Lei 10.639/03 e está vivo em nós, docentes da rede pública de ensino que resistem às adversidades que o racismo nos impõe cotidianamente e que seguem o seu legado, ensinando a História Afro-brasileira e esperando uma nova paz quilombola. E você, o que tem feito?

## Referências

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2012.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. UCPA (Org.). *Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018.





NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). **O negro visto por ele mesmo**. Alex Ratts (Org.). São Paulo: Ubu Editora, 2022.

O NEGRO da senzala ao soul (1977). YouTube. Publicado por “Gabriel Prioli”. Documentário realizado pelo Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, 2015. 1 vídeo (45min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

PEREIRA, Amílcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 25-45, 2011.

